

29 NOV 1995

JORNAL DE BRASÍLIA

Aumento do IPTU é de 109%

Alíquota de 0,5% e reajuste de 27% na UPDF mais que dobraria o tributo no próximo ano. Governo admite recuar

Reynaldo Dias



O pacote de medidas anunciado pelo governo embute um aumento de 109% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o próximo ano, comparado com a base de cálculo adotada em 1995. A ele-

vação da alíquota de 0,3% para 0,5%, conjugada com o reajuste de 23% da Unidade Padrão do Distrito Federal (UPDF) que funciona como indexador, determina a duplicação do tributo. Proprietários de imóveis e inquilinos terão de pagar, mantidas as modificações, pouco mais que o dobro do que gastaram com o IPTU este ano.

A arrecadação do imposto atingiu US\$ 83,2 milhões em 1995, um desempenho 80,71% acima do verificado no ano anterior, que proporcionou aos cofres do GDF US\$ 43,9 milhões. Caso a Secretaria da Fazenda mantenha a performance, o governo terá uma captação de US\$ 173,88 milhões. O projeto do governo deverá ser encaminhado à Câmara Legislativa somente na segunda-feira, estabelecendo, para a cúpula palaciana, o próximo fim de semana como data-limite para discutir o assunto.

Recuo O Secretário de governo, Hélio Doyle, admitiu a possibilidade de o governo recuar na proposta de alteração da alíquota do IPTU, condicionando a decisão a uma "contraproposta consistente" por parte de empresários e sindicatos. O anúncio foi feito durante fórum que reuniu entidades empresariais e sindicalistas no Palácio do Buriti. Mesmo que o GDF mantenha a cobrança do imposto com base em 0,3%, o aumento de arrecadação poderá atingir US\$ 24 milhões somente com a variação de 27% da UPDF.

Antes de enfrentar o desgaste, quase certo, provocado pelo aumento do tributo, o Governo teria de garantir a aprovação do pacote na Câmara Legislativa. Para o presidente da Federação do Comércio, Fábio Koffes, "não há a menor possibilidade de o aumento do IPTU ser aprovado no Legislativo". O dirigente destacou o clima de revolta dos parlamentares e disse não acreditar no endosso a uma proposta antipática e que atinge toda a população. Aposta na falta de consenso mesmo na bancada governista. Koffes ressalta que o projeto limitasse a aumentar imposto e propõe poucos cortes, o que não "seduz" os deputados.